

Apresentação do segundo número do Dossiê

Lucas Trentin Rech e Vinícius Ferreira Lins

Editorial

Foi no verão de 1845 que Karl Marx e Friedrich Engels deram o passo decisivo na elaboração da sua teoria do valor. Recém expulso de Paris e residindo em Bruxelas desde fevereiro daquele ano, o Mouro havia recebido 1.500 francos de adiantamento do editor Karl Friedrich Julius Leske para a confecção de uma obra sobre economia política (que sequer começara)¹. A convite de Engels, com os propósitos de aperfeiçoar os fundamentos científicos para a feitura da obra prometida e adquirir experiência factual sobre a classe trabalhadora na vanguarda do capitalismo, Marx emprega esse recurso em uma viagem de 6 semanas à Inglaterra (provavelmente entre as datas de 12 de julho e 21 de agosto)². Pode-se dizer, sem lugar a dúvidas, que a jornada foi exitosa em ambas as frentes. No plano teórico, a maior parte do tempo foi despendida em Manchester, mais especificamente na *Chetham Library*, a biblioteca pública mais antiga da Inglaterra, criada em 1653³. Em uma alcova revestida de madeira cercada de vitrais⁴, os alemães devoraram, com apetite pantagruélico, mais de uma dezena de autores versados em economia política e/ou outras questões sociais, entre eles Charles D’Avenant, Thomas Tooke e William Petty⁵.

No plano político, foi uma oportunidade ímpar de constatar *in loco* as condições de vida do proletariado inglês, que era a classe trabalhadora mais pujante e melhor organizada sindical e politicamente. Em Manchester, e sobretudo em Londres, Marx pôde estreitar as relações com os dirigentes dos movimentos trabalhistas ingleses bem como observar em primeira mão o que Engels havia escrito em “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicado em finais de maio de 1845⁶.

Ainda fresca na memória estava a revolta dos tecelões da Silésia contra a miséria e a exploração, no ano anterior. Mas a situação na Inglaterra não tinha par. Guiados por Mary Burns⁷, operária e mili-

¹GABRIEL, Mary. *Amor e Capital. A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 113. e NETTO, José Paulo. *Karl Marx: uma biografia*. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 101.

²Netto, op. cit., p. 151.

³Ibid.

⁴Gabriel, op. cit., p. 123–124.

⁵CORNU, Auguste. *Karl Marx et Friedrich Engels. Leur vie et leur oeuvre. Tome IV: la formation du matérialisme historique (1845–1846)*. Paris: Presses universitaires de France, 1970, p. 147.

⁶Ibid.

⁷Netto, op. cit., p. 577–578.

tante de ascendência irlandesa que se tornou companheira de Engels, os amigos testemunharam que crianças que não tinham condições de trabalhar (o que mal se resumia à primeira infância) eram sedadas com ópio até os pais voltarem de jornadas que poderiam superar 16 horas. Entre as que laboravam, eram vistas em pandarecos e, de tão imundas, era difícil até identificar idade ou sexo⁸. Era comum, na falta de condições para bancar uma cama inteira, alugar-se um espaço na cama ou ainda uma vaga numa corda estendida ao longo de uma parede, junto à qual se podia dormir sentado.

Em Londres, encontram Heinrich Bauer, Karl Schapper e Joseph Moll, dirigentes da Liga dos Justos, organização operária que viria a se chamar Liga dos Comunistas. A organização assumia progressivamente um caráter mais internacionalista. As concepções do grupo passavam por uma mudança de postura, saindo de uma posição que conjugava pacifismo e reformismo (fortemente influenciada pelo socialista utópico Étienne Cabet) para o acolhimento de ideias revolucionárias com o fito da emancipação da classe trabalhadora, seguindo a ala esquerda do movimento Cartista (que, por sua vez, vai servir de modelo para os futuros sindicatos e partidos políticos operários), cujo maior representante é então George Julian Harney. Assim como na Liga dos Justos, no movimento Cartista as tendências radicais iam triunfando sobre as tendências moderadas, radicalização que favorece o incremento da influência de Marx e Engels. Vale lembrar que a legalização da organização de trabalhadores havia sido conquistada há apenas 21 anos. Em meados da década de 1840, patenteia-se na movimentação acima aludida que o proletariado já não existe meramente como uma contraposição à burguesia, mas inicia a construção de um projeto classista e emancipatório que em última instância reivindica sua própria superação, “converte-se em *classe para si*”⁹.

Portanto, a consolidação da aceitação e desenvolvimento da teoria do valor acontece *pari passu* com a radicalização da postura política de Marx: “o democrata radical de 1842–1843 é um comunista em 1844–1845 e um comunista inserido no emergente processo de organização do proletariado em 1846–1847. E a passagem do democratismo radical para o comunismo operou-se simultânea e articuladamente ao movimento intelectual que levou Marx, a partir dos estudos iniciados em Paris em janeiro de 1844, a descobrir na crítica da economia política o

⁸Gabriel, op. cit., p. 127.

⁹NETTO, José Paulo. Apresentação à edição brasileira. In: MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 22.

fundamento para a análise e a crítica sociais¹⁰.

Os impactos dessas incursões teóricas e do contato mais próximo com o dia a dia do proletariado teve consequências decisivas, como consta em obra seminal sobre a construção do pensamento de Marx: “Estou convencido de que ele voltou de Manchester a Bruxelas com uma visão muito mais favorável à teoria do valor-trabalho”¹¹. Das notas críticas aos estudos dos economistas (notadamente a James Mill) entre o final de 1843 e 1844, passando pelos “Manuscritos Econômico-Filosóficos” (1844) até “A Sagrada Família” (fevereiro de 1845), a teoria do valor aparece como uma concepção eclética, sem adesão manifesta, ainda baseada nas formulações de Engels em *Esboço para uma Crítica da Economia Política*, escrito entre o final de 1843 e início de 1844.

Marx, ainda concebendo o valor como idêntico aos preços, critica sua equivalência aos custos de produção, classificando como uma lei abstrata, um movimento fortuito que a economia política toma como movimento real, uma exceção que a teoria econômica clássica transformara em regra, ou ainda o essencial compreendido como acidental¹². Já é um passo adiante que, a um só tempo, diferencia Marx dos clássicos e o coloca na trilha do que viria a se tornar uma de suas contribuições mais originais.

A inquietação e o ceticismo de Marx se dão em torno do aparente paradoxo entre a estabilidade relativa do valor de troca – determinada pela quantidade de trabalho necessário à produção – e as flutuações dos preços resultantes da dinâmica da oferta e da demanda. Ele percebe que os preços de mercado variam com volatilidade, mas que o economista, ao deter-se nessas flutuações, tende a atribuir os movimentos econômicos ao mero acaso. Portanto, deve existir algum eixo determinado em torno do qual acontecem essas oscilações. É apenas n’*A Ideologia Alemã* (1845–1846) que Marx e Engels assumem, conforme já havia sido argumentado por Ricardo, que esse eixo é o trabalho: “E, mesmo no que diz respeito à moeda metálica, ela é puramente definida pelos custos de produção, quer dizer, pelo trabalho”¹³, de modo que “a conclusão parece inescapável: foi depois de julho de 1845 e antes de finalizar *A Ideologia Alemã* que Marx e Engels foram decisivamente convencidos pela teoria do valor trabalho”¹⁴.

¹⁰Ibid., p. 23–24.

¹¹MANDEL, Ernest. *The formation of the economic thought of Karl Marx: 1843 to Capital*. New York: Monthly Review Press, 1971, p. 45.

¹²MARX, Karl. MECW, v. 3. 1971, p. 211.

¹³MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 386.

¹⁴Mandel, op. cit., p. 46.

Mas é em *A Miséria da Filosofia* (1847) que se consolida a adesão de Marx à teoria do valor-trabalho, com importantes elementos que aparecem articulados pela primeira vez¹⁵. É certo que ainda de forma rústica, sem o refinamento teórico que se manifestaria nos *Grundrisse* (1858) e, com efeito, na obra máxima de 1867. Engels cita notável exemplo no prefácio da primeira edição alemã da crítica de Marx a Proudhon: “nem é preciso advertir aos leitores que a terminologia não coincide com a d’*O Capital*. Ela ainda fala de *trabalho* como mercadoria, de compra e venda de trabalho, em vez de *força de trabalho*”¹⁶. Mais importante, inexistia ainda qualquer desenvolvimento de conceitos como mais-valor e capital, indissociáveis de uma teoria do valor madura. Portanto, o que se assinala aqui é o marco da adesão de Marx à teoria do valor-trabalho.

Neste tema, uma das principais críticas de Marx à compreensão de Proudhon sobre o valor é que este identifica como determinante do valor das mercadorias, o valor do trabalho (sic), incorrendo no mesmo erro de Adam Smith e seu trabalho comandado (*labour commanded*): “o valor do trabalho, como o valor de qualquer outra mercadoria, não pode mais servir para medir o valor [...] portanto, determinar o valor relativo das mercadorias pelo valor do trabalho é ir contra os fatos econômicos. É mover-se num círculo vicioso, é determinar o valor relativo por um valor relativo que, por sua vez, precisa ser determinado”¹⁷.

Onde Proudhon acerta e, com mal disfarçada vaidade, reivindica originalidade é, de acordo com Marx, o que Ricardo já tinha exposto muito antes sem as suposições arbitrárias e o cariz utópico. “De qualquer maneira, à posteridade parecerá muito ingênuo que o Sr. Proudhon exiba como ‘teoria revolucionária do futuro’ o que Ricardo expôs cientificamente como a teoria da sociedade atual, da sociedade burguesa”¹⁸. De fato, reforçando o que foi dito acima, as considerações de Marx sobre a teoria do valor-trabalho, quando da sua adesão, ainda não podem ser consideradas uma superação, no sentido dialético, da teoria de Ricardo. Citando o autor inglês, Marx subscreve que “vimos

¹⁵ “Não é supérfluo indicar, com ênfase, a devida ressalva que se aplica não apenas aos desenvolvimentos concernentes à Teoria do Valor, mas a toda essa obra. Um dos mais competentes biógrafos de Marx admoesta: “todavia, o desenvolvimento das ideias econômico-políticas marxianas – ou, mais exatamente, a crítica marxiana à economia política – ainda estava longe de alcançar a abrangência, a concreção e o rigor a que o pensamento de Marx acederá uma década depois. [...] Em resumo, e afirmando uma obviedade, o Marx da *Miséria da filosofia* ainda não é o Marx d’*O Capital*” (NETTO, 2017, p. 31).

¹⁶ ENGELS, Friedrich. Prefácio de Engels à primeira edição alemã. In: MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 162.

¹⁷ MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 62.

¹⁸ *Ibid.*, p. 55, grifo nosso.

o trabalho como o fundamento do valor das coisas, e a quantidade de trabalho necessário à sua produção como o padrão que determina as quantidades respectivas das mercadorias que devem ser dadas em troca por outras”¹⁹.

No entanto, Marx já traz pelo menos dois elementos distintivos que seriam desenvolvidos adiante. O primeiro, já destacado acima, e que Marx chama atenção mais de uma vez, é o caráter especificamente histórico que ele atribui já à teoria do valor de Ricardo: “A doutrina ricardiana resume rigorosamente, impiedosamente, toda a burguesia inglesa, que é em si mesma a típica burguesia moderna”²⁰. Se sua teoria do valor tardaria ainda alguns bons anos para se desenvolver, a concepção histórico-materialista já estava em 1845 a pleno vapor, o que seria atestado pela escrita com Engels, no ano seguinte, d’*A Ideologia Alemã*. O trabalho como denominador comum de toda a sociedade produtora de mercadorias, e apenas dela, já aparece sugerido na crítica ao autor francês: “Mas essa equalização do trabalho não é obra da justiça eterna do Sr. Proudhon; ela é, simplesmente, a maneira de ser da indústria moderna”²¹. Há também um rudimento do conceito de tempo de trabalho socialmente necessário. É importante enfatizar este ponto: o que determina o valor não é o tempo de produção de uma coisa, mas o mínimo de tempo no qual ela pode ser produzida, e esse mínimo é constatado pela concorrência²².

Portanto, é em meados da década de 1840 que podemos situar a construção das fundações de um dos pilares de todo o edifício teórico marxista, em um contexto de amadurecimento da própria classe operária como classe para si e do aprofundamento da Revolução Industrial, cujas contradições se veem reeditadas ou mesmo adensadas na contemporaneidade. A teoria marxiana do valor-trabalho apenas apareceria madura nos *Grundrisse* (1858) e, evidentemente, na obra máxima em 1867.

São exposições, análises, interpretações e desdobramentos baseados na versão madura da teoria do valor que compõem o tema deste dossiê. O leitor ou leitora poderá constatar que, apesar da dimensão e potência da teoria do valor como ferramenta teórica para a nossa sociedade, ela não se encerra em uma entidade monolítica e dogmática. Pelo contrário, é pela sua pertinência e abrangência que existe uma pluralidade de abordagens possíveis, uma miríade de caminhos inter-

¹⁹Ibid., p. 57.

²⁰Ibid., p. 55.

²¹Ibid., p. 61.

²²Ibid., p. 70.

pretativos ou fenômenos contemporâneos que podem ser explorados. Toda essa multiplicidade, evidentemente, calcada na materialidade histórica das situações concretas. Sem a pretensão de esgotar ou sequer sumarizar toda essa pletora de possibilidades, este dossiê, *dividido em dois números do volume 16 da Nexos Econômicos*, oferece contribuições inéditas que podem ser usufruídas por variado público, desde o/a estudante iniciante aos/as pesquisadores/as experientes, trabalhadores e trabalhadoras, dirigentes sindicais ou militantes interessados em buscar embasamento teórico para a práxis emancipatória.

Apresentação dos textos deste segundo número do Dossiê

Este segundo número do dossiê é aberto pelo texto *A inexorável unidade do valor: valores econômicos e não econômicos na vida social*, de autoria de Mariana Andrade, professora da Universidade Federal de Alagoas. O texto de Andrade foi enviado a partir de nosso convite e faz parte de um trabalho de maior fôlego da autora, qual seja: seu livro *Ontologia, dever e valor em Lukács*. O livro é escrito, sobretudo, a partir dos volumes 13 e 14 da *Ontologia do ser social* do marxista húngaro. Convidamos a todos os leitores para que, além do artigo presente neste dossiê, leiam também a obra completa. Como indica Sérgio Lessa no prefácio do livro, trata-se de esforço intelectual ímpar na literatura brasileira.

Na sequência, o dossiê traz o artigo de um dos organizadores, escrito em co-autoria com Helena Marroig Barreto, e, como indica o título, trata da *Assetização dos fluxos de natureza: uma interpretação da conversão das correntezas, ventos e raios solares em ativos financeiros*. O artigo deve ser compreendido em duas partes: na primeira, os autores revisam a literatura de assetização de maneira crítica e buscam enquadrá-la a partir da crítica da economia política; na segunda, buscam demonstrar como se dá a assetização dos fluxos de natureza no Brasil, em especial, a assetização do sopro dos ventos.

No terceiro artigo, Daniel Jeziorny, Fernando Dillenburg, Daniela Kuhn e William Maia buscam aproximar o conceito de *land grabbing*, fortemente presente na Ecologia Política, da compreensão marxiana do valor. Se trata, portanto, de interpretação alternativa, ou complementar – a depender da interpretação e do enfoque que se dê – àquela oferecida por Rech e Barreto no segundo texto do dossiê. Acreditamos que, dada a importância da crescente conversão dos fluxos e fixos naturais em ativos financeiros, os dois artigos podem, e talvez devam, ser lidos em conjunto. *Mercantilização da vida e land grabbing: uma aproximação a partir do valor em Marx* busca, sobretudo, estabelecer

uma relação entre a acumulação financeira fictícia e a conversão da terra em ativos financeiros.

Os artigos quatro e cinco trazem ao dossiê o importante debate, que ocorre no interior da Teoria Marxista da Dependência, sobre troca desigual. O artigo de Leonardo Leite, Patrick de Paula e Hugo Corrêa, *O debate contemporâneo sobre troca desigual: crítica de uma proposta para atualizar a teoria marxista da dependência negando as transferências de valor*, é uma crítica ao trabalho do marxista argentino Mariano Féliz publicado na revista *Historical Materialism – Notes for a discussion on unequal exchange and the Marxist Theory of Dependency*. Na sequência do texto dos autores brasileiros, encontra-se a resposta de Féliz, *Sobre uma polêmica acerca da dependência, do valor e da troca desigual*, originalmente enviado para nós em espanhol e prontamente traduzido para o português por um dos organizadores deste dossiê, Vinícius Ferreira Lins.

No sexto texto deste número, de autoria do professor da Universidade Federal do Pará, José Raimundo Trindade, a partir da teoria marxista da dependência em combinação à teoria do Sistema-Mundo, há uma exposição sistemática, embora bastante densa, da *Dívida pública e sua funcionalidade na economia capitalista mundial*.

Para fechar este número e, portanto, este dossiê, foi selecionado *Expropriação financeira: limites teóricos e possibilidades do conceito de Costas Lapavitsas*. A crítica, além de muito bem fundamenta pela autora, Bruna Ferraz Raposo, trata não apenas dos limites teóricos do conceito, mas também de suas possibilidades.

Por fim, gostaríamos de manifestar nossa felicidade pela abrangência territorial adquirida por este dossiê, que conta, em seus dois números, com trabalhos de autores e autoras marxistas espalhados(as) pelas cinco regiões de nosso Brasil, além de marxistas estrangeiros. Essa abrangência territorial é prova incontestante da vivacidade contemporânea da interpretação marxista.